

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO CULTURAL E ACULTURAMENTO SOCIAL DAS MULHERES: CONFLUÊNCIAS POSSÍVEIS COM A AGENDA 2030

CULTURAL MEDIATION AND SOCIAL ACCULTURATION OF WOMEN: POSSIBLE CONFLUENCES WITH THE 2030 AGENDA

Patrícia dos Santos Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Carla Maria Martellote Viola – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
(Ibict)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: o presente artigo tem por finalidade investigar os impactos da mediação cultural e do aculturação social para as mulheres nos espaços acadêmicos e profissionais, com ênfase nos efeitos da sobrecarga simbólica e prática decorrente da desigualdade de gênero, com vista a Agenda 2030. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e crítica, com caráter exploratório. Destaca-se que a informação e o conhecimento, aliados ao aculturação e à mediação cultural, somada a sobrecarga, impactam diretamente em seu desenvolvimento. Conclui-se que, apesar dos avanços significativos no reconhecimento formal dos direitos das mulheres, as desigualdades de gênero ainda se perpetuam de forma estrutural.

Palavras-chave: mediação cultural; aculturação social; Agenda 2030; desigualdade de gênero.

Abstract: this article aims to investigate the impacts of cultural mediation and social acculturation for women in academic and professional spaces, with an emphasis on the effects of symbolic and practical overload resulting from gender inequality, with a view to the 2030 Agenda. This is a qualitative and critical research, with an exploratory character. It is highlighted that information and knowledge, combined with acculturation and cultural mediation, added to overload directly impact their development. It is concluded that, despite significant advances in the formal recognition of women's rights, gender inequalities still perpetuate themselves in a structural way.

Keywords: cultural mediation; social acculturation; 2030 Agenda; gender inequality.

1 INTRODUÇÃO

Independente dos avanços obtidos pelas mulheres ao longo da história no que se refere ao acesso à educação, ao mercado de trabalho e à participação cidadã, a desigualdade de gênero persiste como traço estruturante das sociedades contemporâneas. Fato que a representação social das mulheres evoluiu de uma figura submissa e transgressora, passando por uma idealização passiva, até alcançar uma construção identitária mais autônoma, marcada pela busca de emancipação no espaço público. No entanto, o reconhecimento formal

dos direitos políticos e civis das mulheres nem sempre se traduz em efetiva equidade, especialmente nos espaços de poder e decisão.

Essa permanência de assimetrias revela a força de estruturas patriarcais naturalizadas e reproduzidas por meio de processos culturais e simbólicos. A cultura, nesse sentido, não é compreendida como instância neutra, mas como *locus* de disputa, modelada pela informação, pelo conhecimento e pelas mediações sociais. A partir de epistemologias críticas e feministas, compreende-se que a informação desempenha papel central na construção da realidade e das identidades sociais, influenciando a forma como as mulheres percebem a si mesmas e como são percebidas socialmente.

Diante desse cenário, esta pesquisa se orienta pela seguinte questão: Como os processos de aculturação e mediação cultural, mediados pelo conhecimento e pela informação, influenciam a trajetória acadêmica e profissional das mulheres, atuando como instrumentos de conformação ou resistência às desigualdades de gênero nos ambientes institucionais sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

O objetivo geral é investigar os impactos da mediação cultural e do aculturação social na experiência das mulheres, nos espaços acadêmicos e profissionais, com ênfase nos efeitos da sobrecarga simbólica e prática decorrente da desigual divisão de papéis de gênero, com vista a Agenda 2030.

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de compreender criticamente os mecanismos informacionais e culturais que perpetuam desigualdades de gênero, muitas vezes de forma velada, ainda que legitimadas socialmente. A partir de um olhar interseccional e emancipatório, o estudo contribui para o campo da Ciência da Informação ao propor um diálogo entre teoria crítica, gênero e cultura, ampliando o debate sobre a apropriação informacional como ferramenta de resistência e transformação social sustentável.

Nesse sentido, a pesquisa converge para os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Ao analisar os impactos da cultura e da informação nas trajetórias femininas, o estudo busca evidenciar caminhos para reduzir desigualdades estruturais e promover o desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo. A integração da Agenda 2030 como referencial ético e político reforça o compromisso com a construção de sociedades mais justas, por meio da

valorização do conhecimento como base para a equidade e a cidadania plena (Nações Unidas Brasil, [2015]).

A Ciência da Informação, nesse contexto, oferece arcabouço teórico-metodológico fundamental para compreender os fluxos de informação, os processos de construção e circulação do conhecimento, bem como os mecanismos de mediação que moldam as práticas sociais e culturais. Ao abordar a relação entre informação, cultura e poder, o campo permite analisar criticamente como as assimetrias de gênero se manifestam e se perpetuam nos ambientes institucionais. Assim, a Ciência da Informação se mostra essencial para subsidiar estratégias informacionais voltadas à emancipação das mulheres, contribuindo com abordagens interdisciplinares para a superação de desigualdades e a promoção de uma sociedade mais equitativa.

2 A TRAJETÓRIA DA CIDADANIA FEMININA E OS LIMITES DA MEDIAÇÃO CULTURAL

As mulheres romperam barreiras sociais ao longo dos séculos no que se refere à ocupação e ao acesso às universidades e aos ambientes corporativos, porém ainda vivenciam situações de desigualdade de gênero por pressões impostas pelo acultramento social.

Lipovetsky (2000) observa que, historicamente, as mulheres passaram por mudanças e evoluções significativas na sociedade. O autor descreve três figuras femininas ao longo do tempo: a primeira mulher, associada à Eva, submissa e transgressora; a segunda, idealizada na Idade Média como bela e angelical, porém passiva; e a terceira mulher, que surge por volta de 1950, caracterizando-se por uma construção de si mesma e não mais como criação masculina.

Sob essa ótica, com o surgimento de uma representação feminina de origem ocidental, ocorreram transformações marcantes na trajetória das mulheres, conferindo-lhes novos horizontes e maior autonomia no exercício da cidadania. Marshall e Bottomore (2002) entendem a cidadania como um *status* atribuído aos membros plenos de uma sociedade, na qual todos são considerados iguais no que diz respeito aos direitos e deveres relacionados a esse *status*.

Segundo Gruneich (2019), a cidadania pode ser analisada a partir de três dimensões: civil, política e social. No Brasil, o direito político das mulheres à cidadania é recente, tendo sido formalmente reconhecido pelo Decreto nº 21.076/32, que estabelecia o voto feminino apenas para aquelas com 21 anos ou mais (Brasil, 1932). Apesar disso, como observa Saffioti

(2013), o reconhecimento legal do voto não assegurou automaticamente a participação efetiva das mulheres na política. A partir desse marco, contudo, debates começaram a incluir a presença feminina nos espaços de poder e nas discussões sobre os direitos civis e políticos. Gruneich (2019) destaca que, ao abordar a presença das mulheres nesses espaços, é necessário considerar os papéis sociais e o contexto cultural que ainda impõem obstáculos à sua plena atuação.

Ainda que os modelos culturais estejam em constante transformação, a reprodução dos valores herdados do ambiente familiar e social permanece sustentada por estruturas patriarcais. Assim, mesmo com avanços, ainda persiste a noção de que cabe às mulheres o cuidado com o lar. Cuche (2012) explica que esse processo de modelagem cultural, que permite o uso e apropriação do conhecimento e da informação, está relacionado ao fenômeno do acultramento, ou seja, ao intercâmbio entre culturas que se influenciam mutuamente, o que também pode ser compreendido como uma forma de mediação cultural.

Entende-se que a informação e o conhecimento no campo social, aliados ao acultramento e à mediação cultural, influenciam a forma como a sociedade e as próprias mulheres percebem a si mesmas e suas cargas de responsabilidade, impactando diretamente em seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Ambos os conceitos são fundamentais para entender os impactos da desigualdade de gênero e da sobrecarga enfrentada por mulheres nos ambientes acadêmicos e corporativos, ampliando a discussão no campo da Ciência da Informação.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL E O ACULTRAMENTO SOCIAL NA VIDA DAS MULHERES

Para compreender como os conceitos de mediação cultural e acultramento impactam a carreira das mulheres, é preciso primeiro definir cultura. O Dicionário de Sociologia (1974) entende cultura como um sistema de ideias, conhecimentos, técnicas, comportamentos e atitudes que caracterizam uma sociedade, sendo perpetuada por processos sociais, e não biológicos, e às vezes referida como herança social.

Forquin (1993) define cultura como o conjunto de traços que formam o modo de vida de um grupo, incluindo até mesmo os aspectos mais triviais ou ocultos do cotidiano. Esse entendimento é compartilhado por Mattelart (2004), que aponta o surgimento dos estudos culturais como um novo paradigma teórico, considerando a cultura em seu sentido antropológico mais amplo. Por essa perspectiva, Bernardi (2007) afirma que a cultura assume

diferentes formas ao longo do tempo e do espaço, não existindo uma única cultura, mas sim várias, cada qual refletindo valores e interpretações específicas dos povos.

Com base nesses apontamentos, pode-se concluir que, embora a cultura esteja atrelada a uma dimensão política, é essencial compreender que ela não é única. Os ambientes sociais e os sujeitos carregam valores e percepções que podem tanto contestar quanto reafirmar a ordem social. No caso da questão de gênero, a cultura frequentemente opera como instrumento de adesão às relações de poder. Silva e Redin (2020) ilustram essa dinâmica ao indicarem que, culturalmente, os homens são destinados aos cargos de maior prestígio e melhores salários, enquanto as mulheres ocupam posições de menor destaque e remuneração inferior.

Assim, entende-se que a cultura é moldada pela informação, pelo conhecimento e pelos saberes, sendo transformada nas interações sociais que possibilitam a circulação e apropriação dessas informações. Laraia (2013) argumenta que, em contextos de transformação cultural, há aqueles que buscam manter valores e privilégios, o que ainda é observado na naturalização da presença masculina nos cargos de liderança. No entanto, movimentos socioculturais podem surgir para incorporar novas perspectivas ou mesmo promover rupturas. A luta das mulheres por posições de liderança representa esse movimento de ruptura, ainda que muitas vezes seja acompanhada por sobrecarga e sentimento de culpa pela busca de reconhecimento profissional.

Miranda e Cavalcante (2021) compreendem a mediação cultural como uma ferramenta para discutir temas que afetam a comunidade, permitindo que o sujeito ressignifique sua relação com a sociedade por meio das práticas culturais. Esse processo promove o pensamento crítico e favorece o fortalecimento dos vínculos e preferências comunitárias, mais do que a criação de novas regras formais.

Berger e Luckmann (2003) destacam que o conhecimento humano se desenvolve, transmite e sustenta em contextos sociais, sendo papel da sociologia do conhecimento compreender como esses processos ocorrem. Eles apontam que ideologias políticas ou religiosas influenciam os valores e símbolos internalizados pelas pessoas, formando camadas de acultramento tanto em nível institucional quanto social.

Freire (1975) reforça que o ser humano está em permanente processo de construção, e que a apropriação e o uso da informação são centrais nesse processo. Nessa linha, Almeida Júnior (2015) acrescenta que o conhecimento é construído por meio da mediação, sendo o

sujeito ao mesmo tempo mediado e mediador do saber. Para o autor, a mediação se caracteriza por uma ação intencional voltada à aquisição de competências ou conhecimentos, funcionando como uma interferência com o objetivo de atender a uma necessidade informacional, total ou parcial, desde que haja apropriação da informação.

Barreto (2009) complementa esse entendimento ao afirmar que a apropriação da informação ocorre por meio da interação entre o sujeito e a estrutura informacional, resultando na reelaboração do universo simbólico do indivíduo e na transformação de seu entendimento e saber acumulados.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológico-bibliográfica, de natureza qualitativa, crítica e exploratória (Lakatos; Marconi, 2021), justificada pela necessidade de aprofundar a compreensão de um fenômeno ainda pouco explorado: a relação entre mediação cultural, aculturação social e desigualdades de gênero, à luz da Ciência da Informação e das Epistemologias Feministas.

A escolha pelo método teórico-exploratório se justifica pelo caráter ainda incipiente da produção acadêmica que articula os conceitos de mediação cultural, aculturação social e desigualdades de gênero sob a perspectiva da Ciência da Informação e em consonância com a Agenda 2030. De acordo com Gil (2019), a pesquisa exploratória é recomendada quando se busca ampliar a compreensão sobre um fenômeno, identificar categorias relevantes e levantar hipóteses para estudos futuros. A abordagem teórica possibilitou reunir e analisar criticamente referenciais interdisciplinares, construindo um quadro conceitual que permita interpretar as dinâmicas culturais e informacionais que influenciam a trajetória acadêmica e profissional das mulheres. Complementou-se com a análise de conteúdo Bardin (2016) com a sequência das etapas de exploração do material, que incluiu a classificação e categorização dos dados, e de tratamento dos resultados, que abrangeu a interpretação e a elaboração de uma síntese crítica.

Lakatos e Marconi (2021) ressaltam que o estudo exploratório, ao adotar procedimentos bibliográficos, favorece a integração de diferentes áreas do conhecimento e o aprofundamento conceitual, especialmente quando o objeto de investigação envolve múltiplas dimensões — sociais, culturais e simbólicas — que demandam uma leitura crítica. Assim, esta pesquisa assume a função de sistematizar e interpretar produções científicas

relevantes, constituindo um referencial que possa subsidiar investigações empíricas posteriores e a formulação de políticas e práticas informacionais voltadas à equidade de gênero.

5 RESULTADOS

Os achados da pesquisa identificaram representações sociais, práticas informacionais e padrões culturais que influenciam a trajetória acadêmica e profissional das mulheres. A análise crítica de conteúdo (Bardin, 2016) possibilitou a construção de categorias analíticas alinhadas aos ODS, de modo a articular os conceitos de mediação cultural e aculturação social com os impactos observados nas experiências femininas.

Categoria 1 – Empoderamento e Igualdade de Gênero (ODS 5): A análise evidenciou que a mediação cultural e o aculturação social podem atuar como barreiras simbólicas e práticas ao empoderamento, ao mesmo tempo em que, quando mediados criticamente, tornam-se instrumentos de resistência. A presença das mulheres nos espaços de conhecimento e decisão, embora ampliada nas últimas décadas, ainda é marcada por sobrecarga e assimetrias estruturais, o que reforça a necessidade de práticas informacionais emancipadoras que fortaleçam a autonomia feminina.

Categoria 2 – Redução das Desigualdades Estruturais (ODS 10): Os resultados mostram que as assimetrias de gênero nos espaços acadêmicos e profissionais não se restringem à presença numérica, mas também à qualidade da inserção. O aculturação social reforça estereótipos e naturaliza hierarquias, dificultando o acesso a posições de liderança e prestígio. A partir da metodologia empregada, foi possível identificar padrões culturais que reproduzem exclusões e apontar estratégias para desconstruí-los, como a incorporação de perspectivas interseccionais nos processos de formação e avaliação.

Categoria 3 – Educação Inclusiva e Emancipadora (ODS 4): A pesquisa revelou que as condições informacionais e culturais que envolvem a formação educacional das mulheres são determinantes para sua permanência e progresso acadêmico. A interseccionalidade e a justiça cognitiva emergem como princípios norteadores para a construção de uma educação que não apenas inclua, mas que também emancipe, valorizando saberes diversos e combatendo desigualdades de acesso ao conhecimento.

Categoria 4 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8): A investigação identificou que a desigual divisão de papéis de gênero gera sobrecarga simbólica e prática,

limitando a dedicação plena ao desenvolvimento profissional. Esse achado reforça a importância de políticas e práticas organizacionais voltadas para a redistribuição equitativa de responsabilidades, a inclusão produtiva e a valorização do trabalho feminino, promovendo ambientes laborais mais justos e sustentáveis.

A integração entre metodologia e resultados demonstra que o estudo não apenas descreve desigualdades, mas também propõe um reposicionamento crítico baseado nos princípios ético-políticos emancipatórios (Harding, 1996) com base no ODS elencados. Ao articular Ciência da Informação, Cultura e Epistemologias Feministas, a pesquisa oferece um referencial teórico e metodológico para o fortalecimento de práticas antirracistas, antissexistas e participativas, reafirmando o compromisso com a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis, em consonância com os pilares da Agenda 2030.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta pesquisa evidencia que, apesar dos avanços significativos no reconhecimento formal dos direitos das mulheres, as desigualdades de gênero ainda se perpetuam de forma estrutural, especialmente nos espaços acadêmicos e profissionais. A mediação cultural e o acultramento social configuram-se como mecanismos centrais na conformação dessas desigualdades, ao naturalizarem papéis sociais e expectativas historicamente atribuídas às mulheres. Sustentados por estruturas simbólicas e culturais patriarcais, esses processos influenciam profundamente a construção das identidades femininas, a percepção de suas possibilidades e a ocupação dos diferentes espaços sociais.

Nesse contexto, a informação e o conhecimento assumem um papel ambivalente: podem tanto reforçar quanto subverter a lógica da desigualdade. Quando mediados de forma crítica, tornam-se instrumentos potentes de resistência, emancipação e transformação social. A apropriação informacional, sob essa perspectiva, emerge como um caminho para reconfigurar os sentidos atribuídos à presença feminina nos ambientes institucionais e para consolidar uma cidadania plena.

A partir de uma abordagem crítica, interseccional e comprometida com os direitos humanos, esta pesquisa contribui para ampliar o debate no campo da Ciência da Informação, ao evidenciar como fluxos informacionais, processos de mediação cultural e dinâmicas de acultramento incidem sobre as experiências femininas. A integração da Agenda 2030 — especialmente os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho

Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades) — reforça a urgência de repensar os sistemas de produção, circulação e apropriação do conhecimento, a fim de fomentar práticas informacionais que promovam equidade e justiça social.

Diante desse panorama, compreendido pela perspectiva da mulher na sociedade, os esforços para romper paradigmas que limitam a trajetória acadêmica e profissional demandam não apenas o fortalecimento das práticas de mediação cultural, mas também o aprofundamento conceitual e empírico do termo “aculturação social” no âmbito da Ciência da Informação. Tal aprofundamento pode favorecer diálogos interdisciplinares e inspirar novas pesquisas que ampliem a compreensão crítica sobre as dinâmicas de gênero e informação.

Sugere-se que futuras investigações explorem: a aplicação empírica do conceito de aculturação social em estudos de caso em universidades e organizações e o mapeamento comparativo de políticas institucionais alinhadas aos ODS que efetivamente reduzam as desigualdades de gênero.

Por fim, reafirma-se o papel estratégico da Ciência da Informação como campo interdisciplinar capaz de apoiar a formulação de políticas, práticas e tecnologias informacionais voltadas ao empoderamento das mulheres e à superação das desigualdades de gênero, contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas, sustentáveis e democraticamente informadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-32.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Aldo. Mediações digitais. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 10, n. 4, ago. 2009.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BERNARDI, Bernardo. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 2007.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Decreta o Código Eleitoral. Rio de Janeiro: 1932. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21076.htm. Acesso em: 08 maio 2025.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Edusc, 2012.

DICIONÁRIO de Sociologia. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GRUNEICH, Danielle Fermiano dos Santos. **O direito da mulher à cidadania como direito humano: análise da evolução dos documentos internacionais e normativas nacionais em relação à garantia da participação feminina nos espaços de poder.** Orientador: Mário Lisbôa Theodoro. 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos) – Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, 2019.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo.** Madrid: Morata, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Definições e conceitos sobre cultura.** 25. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher.** Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2000.

MARSHALL, Thomas; BOTTOMORE, Tom. **Cidadania e classe social.** São Paulo: Unesp, 2002.

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 2004.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Abordagens políticas a partir da mediação cultural: o caso do feirão da resistência e da reforma agrária da cidade de Londrina. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 15, n. 1/2, p. 34-52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/36508>. Acesso em: 17 maio 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonguiovani. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

SANTOS JUNIOR, Alcemir dos; RIBEIRO, Josino de Carvalho. Metodologia do trabalho científico: teoria e prática para melhoria da ciência da informação na Universidade Federal da Paraíba. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17555>. Acesso em: 8 maio 2025.

SILVA, Brenda Ribeiro da; REDIN, Ezequiel. Lugar de mulher é onde ela quiser: os desafios das mulheres no mercado de trabalho dos agronegócios. **Estudo & Debate**, Lajeado, RS, v. 27, n. 3, p. 158-180, 2020.